

# TERRITORIAL



O governo Temer e os retrocessos dos cem dias iniciais do governo Bolsonaro alteraram os princípios da política agrária e ambiental brasileira. As ações protagonizadas por esses dois governantes favoreceram o aumento dos conflitos no campo. O período 2016-2018 teve a média anual de 53,3 assassinatos no campo, enquanto nos quatro primeiros meses do governo Bolsonaro já ocorreram dez assassinatos.

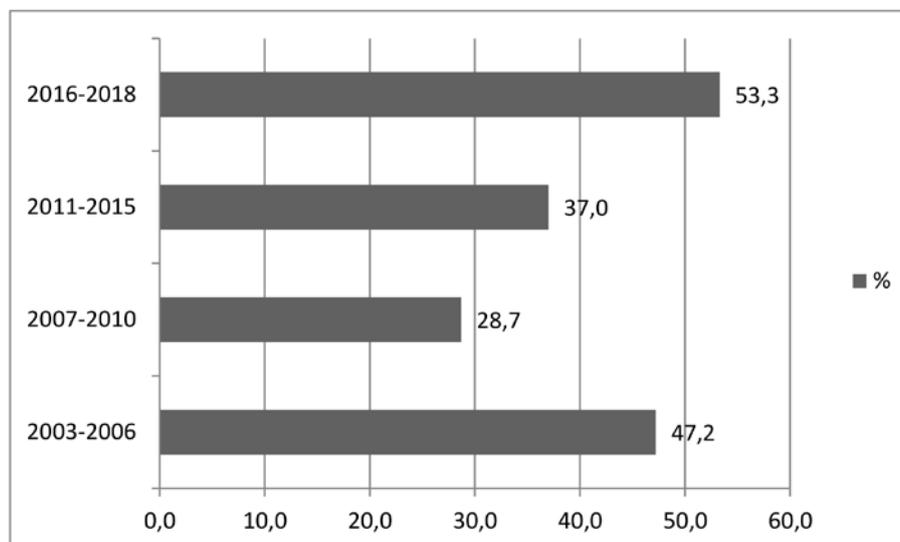
## O aumento da violência no campo

O golpe de 2016, iniciado pela entrada ilegítima de Michel Temer na presidência da República, e o início do governo de Jair Bolsonaro (em janeiro de 2019) vêm sendo caracterizados por um conjunto de medidas que representam retrocesso para a política agrária e ambiental brasileira. Os retrocessos ocorridos no governo Temer e no início do governo Bolsonaro manifestaram-se a partir de modificações institucionais e na legislação da política pública rural, resultando em aumento da violência no campo.

Ao comparar o período de 2016-2018, marcado como de mudança política, com períodos anteriores, percebe-se o aumento da violência no país.

No período 2016-2018, a média anual de assassinatos saltou para 53,3. No período 2003-2006, primeira gestão do presidente Lula, a média anual foi de 47,2 assassinatos; no período 2007-2010, segunda gestão de Lula, a média anual era de 28,7 assassinatos; e no período 2011-2015, a média anual do governo Dilma foi de 37 assassinatos.

Torna-se relevante mencionar que 2019 já aponta estatísticas elevadas de assassinatos no campo. Nos quatro primeiros meses do ano foram registrados dez assassinatos em conflitos no campo - número que representa 36% das mortes registradas em 2018.

**Gráfico 1 – Evolução dos assassinatos no campo segundo períodos. Brasil, 2003-2018**

Fonte: Elaboração própria a partir de Comissão Pastoral da Terra, 2019

### Retrocessos na política agrária e ambiental brasileira

O governo Temer chamou a atenção pela desestruturação das ações públicas da agricultura familiar com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário por meio da Medida Provisória 726, de 12 de maio de 2016. O antigo ministério se reduziu à recém-criada Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário alocada na Casa Civil da Presidência da República e loteada ao Partido Solidariedade. No que se referiu aos aspectos legislativos, houve um conjunto de Leis e Projetos de Lei a favor da bancada ruralista. Entre elas destaca-se a Lei nº 13.465/2017, conhecida como MP da grilagem, que formaliza em grande escala as terras públicas invadidas por grileiros - fato que pode levar ao agravamento do desmatamento e dos conflitos pela terra. Essa mesma lei também colocou em risco a Política Nacional de Reforma Agrária ao estimular a comercialização das terras dos assentamentos e reduzir o papel do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no apoio das famílias assentadas.

O governo Bolsonaro, por meio da MP 870/2019, transferiu o serviço florestal brasileiro do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para o Ministério da Agricultura (Mapa) e também a atribuição de gestão das florestas públicas. A MP transferiu ainda do MMA para

o Ministério de Desenvolvimento Regional a responsabilidade da política nacional de recursos hídricos e da Agência Nacional de Águas (ANA) pelo decreto nº 9.660. A MP extinguiu do MMA a área que trata das condições climáticas, que inclui a Comissão Nacional de Combate à Desertificação.

A mudança ministerial de Bolsonaro favoreceu o lobby do agronegócio. O Mapa passou a contar com sete secretarias que possibilitam aos grandes proprietários rurais ampliar o acesso a terra, ao crédito, a irrigação, ao uso de agrotóxico e expansão do mercado externo. Além do Mapa, coordenado pela ministra Tereza Cristina (ex-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária e defensora do uso de agrotóxicos), os ruralistas também ocuparam o primeiro escalão do Ministério do Meio Ambiente (Ricardo Salles) e do Ministério de Relações Internacionais (Ernesto Araújo) - ambos defensores do agronegócio e da redução das áreas de proteção ambiental.

Por fim, o art. 21 da MP 870/2019 transferiu para o Mapa as funções de demarcação de terras indígenas e de titulação de quilombolas, que nos governos anteriores eram atribuições do Ministério da Justiça e da Casa Civil, respectivamente. O governo defende a medida ao mencionar a necessidade de exploração econômica das terras e a integração dos indígenas na sociedade.

Em abril de 2019, Bolsonaro publicou o Decreto 9.760/2019, que cria uma burocracia pública para intermediar a aplicação de multas ambientais cometidas por infratores. Trata-se de um núcleo de conciliação que poderá mudar o valor ou até mesmo anular multas por crimes ambientais e será formado por representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Isso significará a falência da repressão aos crimes ambientais no país, já que será impossível que os poucos técnicos que irão compor o núcleo avaliem um volume próximo a dezesseis mil autuações anuais.

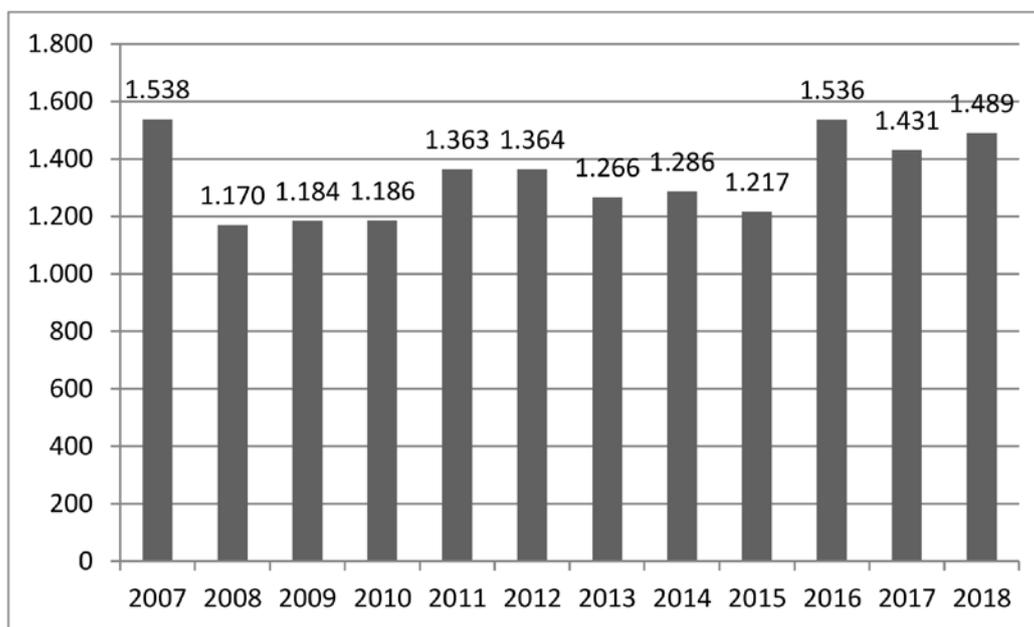
Em suma, o governo Temer e o início do período Bolsonaro caracterizam-se por baixo combate do trabalho escravo, pelo aumento dos conflitos no campo,

pela paralisação da reforma agrária e estagnação da demarcação de terras indígenas. Todos esses itens foram deixados de lado para favorecer os interesses do agronegócio e da indústria do agrotóxico.

### Evolução dos conflitos no campo no Brasil

A mensuração da violência no campo inclui conflitos pela terra, pelo trabalho (em especial trabalho escravo e superexploração) e pela água. A partir dos dados do estudo “Conflitos no Campo Brasil” elaborado pela Comissão Pastoral da Terra apresenta-se a evolução dos conflitos no campo no período 2007-2018. Em 2018 foram 1.489 ocorrências, o segundo maior pico desde 2007, abaixo apenas do ano de 2016 – fato que mostra que o período pós-golpe foi o mais violento dos últimos dez anos para população do campo.

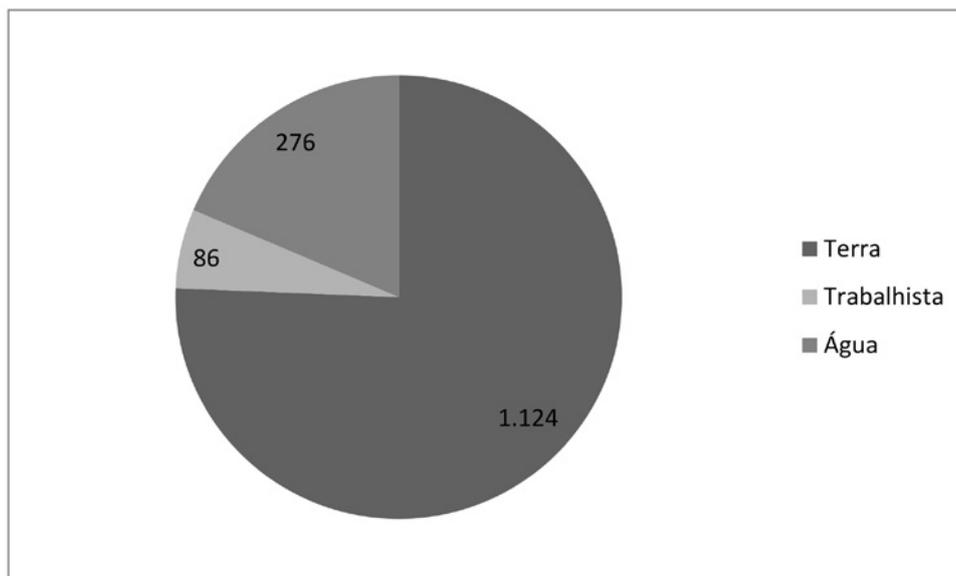
Gráfico 2 – Evolução de ocorrências de conflitos no campo. Brasil, 2007-2018



Fonte: Elaboração própria a partir de Comissão Pastoral da Terra, 2019

Em 2018, as ocorrências de conflitos no campo se distribuíram entre conflitos pela terra (1.148 ocorrências), conflitos trabalhistas (86 ocorrências) e conflitos pela água (276 ocorrências). Em síntese,

houve aumento de 4% no número de conflitos no campo, de 40% em conflitos por água e de 30% em conflitos trabalhistas entre 2017 e 2018.

**Gráfico 3 - Conflitos no campo segundo tipo de ocorrência. Brasil, 2018**

Fonte: Elaboração própria a partir de Comissão Pastoral da Terra, 2019

Em suma, a presença de Temer e os retrocessos dos cem dias iniciais do governo Bolsonaro alteraram os princípios da política agrária e ambiental brasileira. As ações protagonizadas por esses dois governantes favoreceram o aumento dos confli-

tos no campo. Entre 2016-2018 houve uma média anual de 53,3 assassinatos no campo, enquanto nos quatro primeiros meses do governo Bolsonaro já ocorreram dez assassinatos.